

CONGRESSO

Governo acusa oposição de chantagem

Wellisch afirma que rolagem da dívida dos Estados é "moeda de barganha"

BRASÍLIA — O comando político do governo não vê alternativas para a aprovação do ajuste fiscal fora do acordo com o PMDB, que exige a rolagem da dívida dos Estados e municípios em troca do aumento de impostos. A avaliação foi transmitida ao ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, pelo secretário nacional de Fazenda, Luiz Fernando Wellisch, que lhe telefonou durante reunião realizada no Congresso, no início da tarde de ontem, quando foi ratificado o acordo. "É uma chantagem mesmo, ministro; a questão é saber se vamos bancar ou não", relatou Wellisch. "A rolagem da dívida está sendo usada co-

mo moeda de barganha."

"O governo não tem bancada majoritária e, por isso, tem de negociar", comentou o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, presente à reunião.

Embora dominem as maiores bancadas do Congresso, o PMDB e o governo não conseguiram votos suficientes para aprovar o acordo. Na primeira tentativa, realizada às 13 horas, faltaram 48 votos. Os líderes decidiram então convocar os parlamentares nos seus Estados. O líder do governo, deputado Humberto Souto (PFL-MG), estava obstinado: "Vamos trazer esse pessoal de jatinho, se for preciso."

O ajuste fiscal aumenta o Imposto de Renda da pessoa

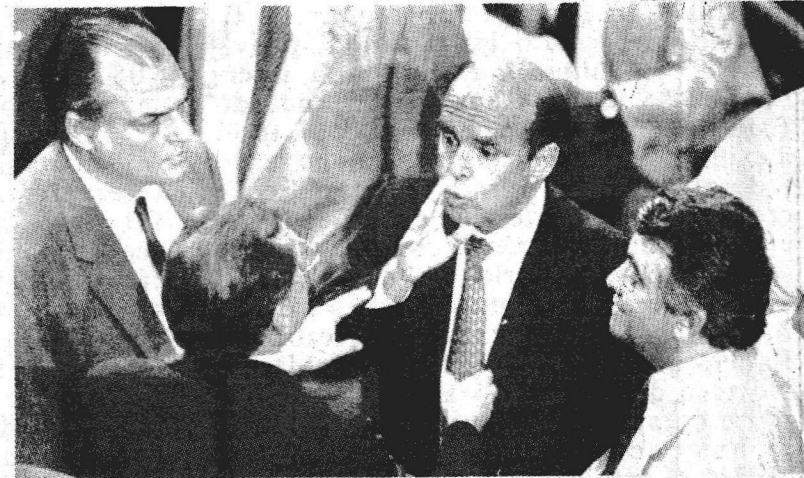
física — criando uma terceira alíquota, de 35%, sobre salários acima Cr\$ 3,7 milhões (valores de dezembro) — e o Imposto Territorial Rural (ITR), cria o imposto sobre grandes fortunas e uma nova contribuição em substituição ao Finsocial, e determina a reindefinição dos tributos.

Os líderes do PSDB, PT, PDT, PTB e PDS no Senado estão dispostos a obstruir a votação do acordo celebrado entre o governo e o PMDB. As lideranças vão requerer ao presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), que não admita a tramitação da matéria. Caso isso ocorra, os líderes vão entrar com recurso no Supremo Tribunal Fede-

ral (STF), pondo em questão a constitucionalidade do acordo.

Segundo o líder do PSDB, senador Fernando Henrique Cardoso (SP), o artigo 52 da Constituição é claro quando afirma que o endividamento dos Estados é prerrogativa exclusiva do Senado.

Gastos ampliados — Os partidos de oposição pretendem fazer de tudo para rejeitar hoje a proposta de emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviada sexta-feira pelo governo. A emenda amplia, à última hora, os limites de gastos de custeio de todos os poderes, mesmo restando apenas 16 dias para o fim do ano.



Luciano Andrade/AE

Impasse

Deputados discutem no plenário uma fórmula capaz de levar ao acordo: divergências persistem